

PRESENÇA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA: OPINIÕES DE PROFESSORAS E PROFESSORES

PRESENCE OF GENDER RELATIONS IN PUBLIC SCHOOL CURRICULUM: OPINIONS OF TEACHERS

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a escutar e analisar a opinião de professoras/es sobre a relevância que atribuem à presença das questões de gênero, as explicitadas no currículo e as que emergem de acontecimentos cotidianos e que implicam a necessidade de se debater o tema na escola. A pesquisa aconteceu com profissionais de escolas públicas municipais da zona leste da cidade de São Paulo, que atendem jovens na etapa escolar do ensino médio. A rede pública municipal tem oito escolas que atendem a jovens nessa etapa de ensino na cidade, e nossa pesquisa ocorreu em três delas. Nossa escuta aconteceu por meio da técnica de grupo focal, com dois encontros em cada unidade, direcionados a investigar a valoração das relações de gênero por parte dos atores escolares e suas percepções sobre o último plano nacional e municipal de educação.

Palavras-chave: Relações de gênero. Docentes. Currículo. Opinião.

ABSTRACT

This research aimed to listen to and analyze opinions of teachers on the relevance they attribute to the presence of gender issues, either explained in the curriculum or those that emerge in everyday events, indicating the need to debate the theme at school. The survey was conducted among professionals from municipal public high schools in the eastern part of the city of São Paulo. The municipal public network has 8 high schools in the city, and our research was carried out in 3 of them, located in the east zone. Our listening was undertaken through the focus group technique, with 2 meetings in each unit, aimed at investigating the assessment of gender relations by school actors and their perceptions about the latest national and municipal education plan.

Keywords: Gender relations. Teachers. Curriculum. Opinion.

Introdução

Este artigo se propõe a levantar a opinião que professoras/es da rede pública de ensino do Município de São Paulo têm acerca das questões relacionadas a gênero nas escolas, e analisar a compreensão desses profissionais a respeito da retirada dos

Marcelo Oliveira do Nascimento

Doutor em Sociologia (UFPA). Email: marcelozoologia@hotmail.com

Marcos Cezar de Freitas

Professor Associado Livre-Docente da UNIFESP.

debates sobre o tema no plano nacional de educação brasileiro e no plano municipal de educação da cidade de São Paulo.

Com uma conduta investigativa pautada pela escuta, considerou-se a relevância da opinião do grupo pesquisado em seu campo específico de atuação. E a partir das respostas dos profissionais, buscou-se compreender formas e acontecimentos que na escola perpassam as questões de gênero.

Historicamente, a escola faz parte de uma estrutura social configurada de maneira diferenciada no que tange à relação dos meninos e meninas, especificando delimitações de comportamento bem marcadas e projetadas como antagônicas. Com essa base estrutural são preconizados papéis sociais marcados pelas diferenças de gênero - meninos atados aos signos do competitivo, do viril, do trabalho pesado, e meninas prescritas com as formulações do frágil, da docilidade, da reserva e, acima de tudo, dos cuidados domésticos.

Scott (1995) afirma que:

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995, p. 75).

Abordar construções sociais sobre o tema demanda reconhecer que a opinião de professoras/es da escola pública sobre as relações gênero na arquitetura pedagógica, conceitual e política do currículo é um objeto de investigação que diz respeito a questões que não podem ser consideradas superficiais ou passageiras. As relações de gênero estão configuradas e são, ao mesmo tempo, configuradoras do tecido social que envolve a sociedade que temos.

É uma questão que tem sido densamente debatida. Por isso, será aqui analisada tendo por base a opinião que professoras/es têm a respeito. Antes de apresentarmos o método que conduziu a obtenção de dados, os resultados obtidos e a análise que o processo investigativo suscitou a partir das informações recolhidas e sistematizadas, é importante recuperar algumas perspectivas que preconizaram a relevância do tema.

Gênero em suas teias interpretativas

Muitos papéis sociais se estruturam a partir do gênero. Determinados socialmente para cada pessoa decorrem, muitas vezes, do que é reconhecido nas características fenotípicas. Esse reducionismo será o conteúdo de muitas práticas de poder que naturalizam assimetrias sociais considerando-as inevitáveis.

Para Bourdieu (2012, p. 34), que analisou a construção da “dominação masculina”, se a divisão do mundo se baseia em diferenças biológicas, como as que ocorrem na reprodução, por exemplo, o cuidado dos filhos e a divisão sexual do trabalho tornam-se ilusões coletivas, pois o que é construído é tomado como se fosse obra da natureza.

As formas com as quais os gêneros são percebidos e representados tendem a estruturar a organização concreta e simbólica da vida social. É tão concreta essa organização que pode ser observada nos espaços escolares, com dinâmicas de controle e diferenciação no acesso às bases materiais e simbólicas dos conteúdos trabalhados. Essa diferenciação diz respeito a poder. (ARAUJO, 2005).

Se diz respeito a poder, diz respeito também aos modos de perceber e reagir à participação feminina nas dinâmicas sociais e, no conteúdo das reações, revelam-se as tentativas permanentes de demarcar e definir o que é o feminino e, principalmente, o lugar de subalternidade “natural” que lhe cabe.

A evocação de superioridades e inferioridades “naturais” tem sido constante especialmente a partir dos anos 1970 com o notável aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Entre as mulheres, a população economicamente ativa cresceu 260% de 1970 a 1990, enquanto a masculina apenas 73%, de acordo com o IBGE. Apesar do considerável aumento de mulheres no mercado de trabalho, há clara desvantagem em relação aos homens em termos de rendimentos. O salário médio feminino corresponde apenas a 57% do masculino em 1990 (OMETTO et al., 1997). E a mesma tendência seguiu-se nos anos subsequentes, quantificado em 41% em 1995.

Carrasco (2006) relata que no século passado predominava o entendimento de que mulheres solteiras teriam que receber salários nivelados pelas custas de seu sustento. Para os homens, o valor mínimo teria que ser suficiente para sustentar uma mulher, com número adequado de filhos, e a si mesmo. Lidávamos com uma herança argumentativa de fundo patriarcal que resistia a legitimar o trabalho de mulheres em troca de dinheiro (CARRASCO, 2006). Isso remete a alguns clássicos da análise sobre a desigualdade social.

Engels (1972, p. 221) afirmava que “já podemos ver (...) que emancipar a mulher e fazer dela igual ao homem é e permanece sendo uma impossibilidade enquanto as mulheres ficarem fora do trabalho social produtivo”. O autor destacava que a estruturação do capitalismo dependia da exclusão das mulheres da economia de mercado e que isso não era um dado acidental. O autor sinalizava que a inserção feminina no campo produtivo acrescentava possibilidades emancipatórias.

O que Engels fez com sua análise foi rebater a argumentação que em seu contexto frequentemente citava autores como Adam Smith, para justificar aquilo que, em sua opinião, deveria ser desnaturalizado. Smith (1988), desde o século XVIII quis destacar a relevância das atividades das mulheres relacionando-as à responsabilidade natural de cuidar da família e da educação dos filhos. Do reconhecimento desse “lugar natural” dependia a transformação dos meninos em trabalhadores produtivos, pois nisso que ele descrevia como harmonioso estava contida uma das bases da riqueza de um país (Smith, 1988).

São argumentos como esses, rebatidos por Engels, que permitem a autores como Gastaldo (2008) afirmar que a noção de obrigação social das mulheres é um dispositivo de opressão associado à condição de mulher necessariamente como mãe e esposa. Diz respeito ao modo de perceber a mulher e a feminilidade e, nessa percepção, camadas de poder se institucionalizam. É como se automaticamente os espaços de subordinação tivessem uma destinação já pré-definida, e as representações da pessoa como ornamento fossem derivadas das expectativas que antecipavam os significados de ser mulher (GASTALDO, 2008). Não é casual que esse autor tenha buscado na obra de Erving Goffman referências para abordar o tema.

Goffman (1977) observa que socialmente existe a estruturação de “classes de sexo”, o que induz à cristalização de gêneros, o que conforma em cada sociedade ideais de masculinidade e feminilidade. Essa base argumentativa foi reconhecida por Almeida (1998) que ressaltou:

Muitas vezes também são objeto de distorções do ponto de vista dos homens e até das próprias mulheres que, por força das imposições culturais, assimilam valores masculinos e aceitam ser confinadas à reprodução biológica e às esferas privadas sem questionar esses papéis. Isso implica o estabelecimento de relações de poder entre os dois sexos que passam, também, pela questão do saber, dado que conhecimento e poder estão necessariamente interligados (Almeida, 1998, p. 30).

Nossa pesquisa constatou que ações praticadas nas escolas expressam à sua maneira esse peso histórico-cultural, e que esses autores têm razão quando indicam que essas normatizações naturalizadas sustentam uma espécie de androcentrismo. Há uma conformação condicional até mesmo por parte das mulheres, que percebem como “naturais” papéis e funções a elas destinados.

Em muitas situações, independentemente de qualquer filiação interpretativa, percebe-se a reação política a tais situações com base na rejeição ao patriarcalismo, percebido como permanência destrutiva de um étnos subordinador. Trata-se da percepção, mesmo que difusa, de que existem privilégios assegurados aos homens.

Castells (2000, p. 169), em seu escrito denominado “O poder da identidade”, ajuda-nos a entender a força estruturante dessas subordinações. Para o autor há algo de patriarcal nas bases de todas as sociedades contemporâneas, e que sobrevivem

às custas de naturalizações que são reproduzidas como verdades inquestionáveis. Diz respeito à manipulação da autoridade imposta institucionalmente do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, e permeia a organização da sociedade, produção e consumo, política, legislação, religiosidades e cultura.

Para Castells (2000, p. 170, 200, 203), as restrições inerentes a afirmação do modelo familiar hegemônico tem sido contestado por processos atrelados à transformação e conscientização da mulher. Por um lado, a integração feminina no mercado de trabalho remunerado, mesmo que repleta de desvantagens e discriminações, com persistente violência interpessoal e abuso psicológico, em diversos momentos históricos origina certa ira masculina e por outro lado, a efervescência dos movimentos feministas estruturaram inúmeras frentes cotidianas de resistência àquilo que se tomava por inamovível.

A profissão docente, que está diretamente relacionada ao universo de análise exposto neste artigo, historicamente é permeada por questões de gênero que são indissociáveis das construções de papéis sociais que entretecem a feminilidade em relação à masculinidade. Isso faz com que a opinião docente seja uma perspectiva insubstituível quando a intenção é debater a presença do tema gênero no currículo. O magistério é uma das profissões em que as mulheres consolidaram espaços mais equitativos para atuação profissional. O processo de profissionalização feminina nessa área, ainda que submerso em contradições, também contemplou a legitimação crescente da mulher como protagonista nesse espaço laboral. (ALMEIDA, 1998, p. 12).

Mas, em sentido contrário, a representatividade da mulher no universo científico, apesar de expressiva, historicamente foi pouco reconhecida, gerando invisibilidade das ações, sobretudo como produtora da ciência (LOURO, 1997, p. 89). Por isso, Chauí (1984) quando discorre a respeito das discussões de gênero, ressalta que o debate não tem nada novo, mas diz respeito a uma materialidade histórica em que despontam as expressões do que é reprimido, invisibilizado, proibido, violentado, ainda que tudo isso seja permanentemente negado pela sociedade.

Gradativamente, o tema ***gênero ganhou espaço*** nos debates acadêmicos, e se firmou como categoria de análise de maneira renovadora a partir dos estudos feministas contemporâneos (ARAÚJO, 2005). Seu uso se intensificou na segunda metade da década de 1960 nos Estados Unidos, disseminando-se em diversos países industrializados de 1968 a 1977, inclusive no Brasil.

A palavra “gênero” passou a ser utilizada no final da Segunda Guerra Mundial pelos movimentos feministas para acusar distinções sociais ligadas à carga genética de cada sujeito. Os movimentos buscavam a superação das desigualdades entre homens e mulheres, e almejavam conquistas de tratamento igualitário para ambos, combatendo a estigmatização das mulheres como sexo submisso, oprimido, frágil e excluído na tomada de decisão social (GUEDES, 1995; SCOTT, 1999, p. 6). O que se queria afirmar era que gênero era mais que um conceito. Era uma potência analítica desenvolvida para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta (HARAWAY, 2004).

Fortemente relacionada ao exercício do poder praticado e justificado pelas relações entre os gêneros, a contestação da naturalização é uma das vias de mobilização do debate no campo social e político que devem criar diferentes maneiras de discordar e rejeitar a evidente desigualdade de gênero, por vezes ignorada. Nesse sentido, uma das autoras de grande contribuição foi Simone de Beauvoir (1980, p. 9), que em 1949 publicou *O segundo sexo* e com ele afirmou: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Essa obra causou significativo impacto social.

Por um lado, militantes e estudiosas, que comungavam a mesma concepção, reiteravam que seu modo de ser, agir e estar no mundo não resultava de um ato único, inaugural, mas uma construção (LOURO, 2008).

Inspirada pelos pensamentos de Beauvoir (1980), Butler (2010) desacredita na existência de um “corpo natural”, insistindo que os corpos são “generificados”. Somente a determinação biológica não é capaz de explicar dado comportamento atribuído àquele gênero; a autora defende que toda existência é social, por isso acontece a formação social da identidade diante de uma sequência de atos vivenciados. Propõe a desconstrução da ideia de gênero como essência interior e dicotômica, o que leva à reflexão sobre a identidade a partir de uma série de relações sociais e posicionamentos incorporados. Mesmo colocados como estrutura altamente rígida a partir de uma forma natural de ser, questiona-se sua fixidez e seu determinismo heteronormativo (BUTLER, 1990; 2010).

Judith Butler também dialoga com Erving Goffman a respeito. Em seus estudos, Goffman (1977) mostra a dicotomia entre os gêneros, utilizados para formar arranjos inúteis, como a desnecessária separação dos banheiros entre homens e mulheres, que servem apenas como lembrete cotidiano do dismorfismo sexual, reforçando a ideologia dominante nas relações entre gêneros. A autora não se apresenta na continuidade de Goffman, construindo argumentação própria. Mas cada qual tem um modo de associar gêneros à performatividade. O fato é que esse debate, com suas nuances e tonalidades políticas diversas, leva a efeito a separação entre sexo e gênero, reconhecendo que não são continuidades orgânicas.

Kim e Nafziger (2000, p.1) afirmam que as diferenças de sexo representam as diferenças entre homens e mulheres no que tange os pontos de vista genético, hormonal, reprodutivo e físico. É recorrente a menção ao sexo como dimensão biológica dos seres humanos, determinada pela caracterização genética anatômica e fisiológica.

Já em relação à sexualidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que se trata de aspecto central do ser humano, que inclui sexo, gênero, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Como se percebe, temos abordagens que ora se reduzem, ora se ampliam buscando incorporar a grande complexidade que impregna a questão. Não é casual que a mesma OMS reconhece que o tema diz respeito também a pensamentos, crenças, desejos, fantasias, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações, as diferentes dimensões seriam

evidenciadas de maneira isolada e de forma conjunta. Tudo isso, é matéria prima para formação de opiniões, que é o buscamos investigar com a pesquisa feita.

O cotidiano revela que questões de gênero são permanentemente associadas às questões de sexualidade. Perspectivas psicológicas, econômicas, sociais, políticas, biológicas, históricas, culturais, éticas, legais, religiosas se misturam no mosaico em as questões de gênero são reconhecidas como imprescindíveis e, ao mesmo tempo, abominadas como desestabilizadoras da ordem social.

Se no âmbito das tensões políticas o tema tem sido considerado por parte da sociedade impróprio e incompatível com o currículo escolar, qual seria a opinião das/os profissionais que respondem pela integridade teórica, operacional e interpretativa do currículo escolar?

A inserção no universo da pesquisa e suas revelações

Esta pesquisa desenvolveu-se após submissão e análise da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde, mediante aprovação sob o número de comprovante 116222/2016. Para alcançar os objetivos propostos, a investigação teve como foco a busca de opiniões de professoras/es, e foi desenvolvida com profissionais de escolas públicas localizadas na zona leste da cidade de São Paulo.

Para obter acesso às informações que nos auxiliassem no entendimento da presença que as relações de gênero possuem no currículo escolar das diferentes disciplinas, e as percepções acerca do conceito de gênero, ouvimos as/os docentes que lecionam os diversos componentes curriculares.

A pesquisa se fundamentou nas opiniões da/os profissionais, coletadas por meio de encontros de grupos focais, com o intuito de compreender as maneiras como assuntos relativos às questões de gênero são evidenciados pelas educadoras/es nos diferentes espaços escolares. Assim, a pesquisa valeu-se também da observação de intervalos, horários de entrada e saída, análise projetos e proposta pedagógica da escola, e dedicou atenção às práticas de ensino que também ocorrem fora da sala de aula, como visitas externas e momentos festivos da escola.

Procuramos perceber se o modo como os temas são tratados correspondem às exigências formativas e informativas da/os jovens. Investigaram-se entre as educadoras/es a percepção que têm em relação ao preparo para tratar assuntos relacionados a gênero na escola, discutindo se acreditam que as aulas colaboram na elucidação desses assuntos, nos mais variados aspectos e dimensões.

Diante das falas das/dos participantes, agrupamos os trechos por meio de uma categorização, relacionando perguntas, e retiraram-se trechos que se mostraram prescindíveis. Após serem organizados, agregamos os temas de acordo com os assuntos abordados. Ao longo do texto transcrito, ressaltaram-se as principais ideias e conceitos do produto do grupo focal, e por meio de análises desses pontos desenvolveram-se ensaios relacionados às afirmações relevantes para este artigo.

Professoras/es que se propuseram a participar dos encontros dos grupos focais responderam a um questionário de autoperenchimento com questões fechadas e de múltipla escolha. A tabela abaixo apresenta dados que visam delinear o perfil de quem participou.

Tabela 1 - Perfil de professoras/es participantes

Variáveis	Categorias	N	%
Sexo	Feminino	12	67%
	Masculino	6	33%
Faixa etária	< 25 anos	3	17%
	26 anos a 40 anos	9	50%
	40 anos a 50 anos	4	22%
	> 50 anos	2	11%
Filhos	Sim	10	56%
	Não	8	44%
Tempo de magistério	<5 anos	3	17%
	6 anos a 10 anos	5	27%
	11 anos a 15 anos	6	33%
	20 anos a 25 anos	3	17%
	>26 anos	1	6%
Quantidade de escolas que trabalha	1	4	22%
	2	12	67%
	3 ou mais	2	11%
Acumulam cargos	Sim	14	78%
	Não	4	22%
Nível de escolaridade	Graduação	4	22%
	Especialização	11	61%
	Mestrado	2	11%
	Doutorado	1	6%

Na tabela o total de participantes foi de 18 profissionais, a maioria dos grupos se compôs de professoras (67%). A idade média oscilou de 26 a 40 anos (50%) Fator a ser destacado: grande parte possui tempo médio de magistério de 6 a 15 anos (60%). Não são recém-chegados à profissão, e ainda terão um razoável percurso até a aposentadoria. Poucas/os docentes atuam somente em uma unidade de ensino; 78% trabalham em mais de uma escola, com acúmulo de cargos. E possuem um interessante grau de formação: grande parte tem especialização, mestrado e doutorado.

Nos encontros dos grupos focais com professoras/es de três unidades de ensino percebeu-se logo no princípio do estudo que conhecem o conceito de gênero. O que pode ser constatado nas falas dos participantes por meio das opiniões. As/os profissionais escutadas/os acreditam na importância de se tratar as questões de gênero durante as aulas, pois os assuntos podem ser percebidos no contexto da escola.

O grupo pesquisado acredita que o redimensionamento de padrões cristalizados na sociedade, a quebra de paradigmas, combate à violência e ao preconceito podem se efetivar por meio da problematização dos temas com alunas/os. Afirmaram que pelo fato de esses assuntos apresentarem pequeno enfoque no âmbito do currículo escolar constata-se dificuldade de se contemplar o debate de maneira efetiva. Também foi citada a retirada desse debate dos planos nacional e municipal de educação, o que foi percebido como um retrocesso.

Na escuta nos grupos focais, constatou-se que profissionais da educação envolvidos na pesquisa possuem clareza sobre a necessidade de se tratar assuntos relacionados às questões de gênero, e promovem debates relacionados a esses assuntos. Muito embora relatem que isso acontece nos momentos nos quais identificam situações em que a demanda é observada, não são todas/os que conseguem indicar momentos específicos em que conteúdos sobre gênero sejam apresentados para alunas/os nas aulas. Isso ratifica a importância de elencar assuntos que contemplem esse debate já no planejamento curricular das diferentes disciplinas, dada a constatação do benefício advindo dos assuntos para melhora da qualidade social.

As professoras e os professores da educação que participaram da escuta acreditam que a área de humanas termina por receber maior teor de responsabilidade ao tratar questões de gênero. E indicaram um pertinente fator atrelado à questão formativa dos profissionais da educação, quando dizem que na maioria dos cursos de licenciatura o conceito de gênero, sua relevância social para a formação e demais questões não são contemplados para os futuros professores, o que faria diferença na atuação profissional.

Ao relatar os assuntos relacionados a gênero que costumam abordar durante as aulas, as/os participantes professores e professoras apresentaram uma série de maneiras as quais fazem uso para tratar diferentes assuntos associados aos temas. São bastante específicos do currículo escolar, datas comemorativas, trabalhos com projetos pedagógicos, envolvimento de alunos e alunas, peças teatrais, debates entre a comunidade escolar envolvendo o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, situações que surgem do próprio contexto escolar, seminários, aulas expositivas e filmes.

Professoras/es concordaram que o debate de gênero possui alta relevância nos espaços educativos. Dentre diversas justificativas, destacam-se a importância de se ampliar olhares e perspectivas, superação do machismo e da desigualdade na relação de poder, superar o fundamentalismo religioso, favorecer o acesso a informações de maneira coerente, possibilitando ampliar o conhecimento das questões sociais que envolvem a comunidade local e regional, e ainda propiciar atendimento à demanda do debate que emana das alunas/os.

Relataram ainda que apesar de terem conseguido avançar um pouco na apresentação de debates, reconhecem que ainda precisam ir além. Destacam que como não se trata de um tema que apresenta obrigatoriedade no currículo, ao contrário, sugere-se sua supressão, os temas somente são abordados por docentes que simpatizam e buscam formação para ampliar conhecimentos. Entretanto, como

atualmente constata-se escassez ou mesmo a inexistência de formação focada para as questões de gênero, somada à fragilidade na formação docente em alguns cursos de licenciaturas, existe dificuldade de se avançar com maior profundidade e alcançar a desnaturalização das desigualdades de gênero.

A questão e sua reverberação política e comportamental

As/os profissionais da educação envolvidos nesta pesquisa informaram que jovens apresentam de diversas maneiras certa demanda de se tratar o assunto durante as aulas. Tais diagnósticos se pautam nos acontecimentos que emanam do cotidiano da escola, das interações entre estudantes e do movimento social que apresenta diferentes especificidades relacionadas.

Participantes destacaram a urgência de se ampliar a formação direcionada ao repertório acadêmico e profissional, associado ao debate de gênero. No campo político, percebem-se retrocessos, com destaque para a extinção de secretarias que tratam o assunto pelas diferentes esferas do governo.

As/os participantes conseguem mobilizar saberes associados a questões de gênero para mostrar, contextualmente, como as relações entre gêneros se dão. E surgem debates - o machismo, feminismo, patriarcado, movimento LGBTQ, desqualificação social, em que as mulheres são submetidas em diversas situações, da falta de representatividade política por parte das mulheres em cargos eletivos e de confiança nas diversas esferas governamentais, do avanço do conservadorismo. Reações que fortalecem o preconceito, como o mencionado Movimento Brasil Livre e do projeto escola sem partido, que tem entre seus objetivos acabar com a possibilidade de se tratar questões de gênero nas escolas. Na opinião das/dos pesquisados, o cenário político atual influencia o debate de gênero na escola. Na motivação de se tratar temas relacionados, ou mesmo disseminar o receio por parte dos profissionais em apresentar o tema.

Professoras/es mostraram-se incomodadas/os com o cerceamento da liberdade de cátedra docente. Outro destaque é que não há nada concreto que se determine a extinção do debate de gênero na escola, lei que proíba, determinação das Secretarias de Educação ou do Ministério da Educação para ser usado para a criminalização do debate nas aulas no Município ou Estado de São Paulo. Mas existe a atuação de figuras políticas, como vereadores, deputados da esfera estadual e federal tentando cercear a atuação dos profissionais da educação. Durante o diálogo, surgiu a fala de que não compõe a função desses atores interferirem diretamente no Poder Executivo. Apesar de eleito para fiscalizá-lo, não determina como deve se dar a base curricular.

Quando se solicitou que professoras/es opinassem sobre o movimento político que retirou do plano nacional e municipal de educação o debate de gênero, houve uma unânime indignação. Destacou-se que um dos objetivos é criminalizar e perseguir profissionais da educação. Fazem-no inicialmente usando as mídias de maneira

geral para confundir a população, forma de marginalizar o debate e naturalizar as desigualdades instituídas em nossa sociedade.

Professoras citam dados de pesquisas em que se observa a violência contra a mulher, e afirmam que com isso se desqualificam debates relevantes e necessários para a formação cidadã. As pessoas participantes da pesquisa acreditam que seja claramente a marca do retrocesso, tentativa de silenciamento do debate nas escolas, o que pode gerar como resultado a intensificação de conflitos, violência e problemas advindos da falta de discussão, que tendem a se desdobrar em questões ainda mais complexas.

Outro aspecto do movimento político é a ausência de fundamentação teórica que pautar a ação de vários protagonistas. A fala dos que defendem a ideia são sem embasamento e utilizam justificativas indicadas como vazias. Fundamentam-se na Bíblia, e para a atuação de um estado laico ferem diretamente a Constituição Federal. Docentes envolvidos nesta pesquisa discordam da justificativa que utiliza argumentos religiosos e morais, distanciando o debate do conhecimento científico, que deveria direcionar as práticas educacionais, equívocos esses que não podem ser admitidos pelos/as profissionais da educação.

Denominando como grande retrocesso, as falas registradas nos grupos focais, afirmam que ao se validar por meio da prática a retirada do debate de gênero do campo de atuação profissional, há a tendência de tolher a liberdade da atuação docente nas escolas. O que se somaria a um embate nas famílias. Leigas, questionariam assuntos abordados por professoras/es, a fim de criminalizar a ação profissional docente.

É importante destacar que esta pesquisa deparou-se com diversos conflitos e grande obscurantismo. Opiniões desvinculadas da realidade escolar geravam permanentemente confusões que resultaram concretamente no receio de se discutir gênero nas escolas. Professoras/es reclamavam que os censores da escola não a conhecem de perto.

O conjunto de opiniões, mesmo com matizes, mostrou a relevância da utilização da categoria gênero nos espaços educativos, pois nela foi depositada a expectativa de evitar que estereótipos continuem a produzir marginalizações de toda ordem. Isso toca diretamente a dimensão comportamental subjacente ao que se espera dos efeitos da escolarização na pessoa.

Na própria rotina escolar presencia-se uma organização que age para validar em diversos momentos a determinação binária de gênero. Na estruturação de espaços, brincadeiras, disposição de materiais didático-pedagógicos, e no estímulo de agrupamentos relacionados às trocas interpessoais e convívios entre crianças, jovens e adultos. A escola atua como agência de direcionamento dicotômico das práticas educacionais, fortalecendo muitas vezes práticas que ratificam desigualdades de gênero.

Observou-se que as práticas que se dão com argumentos que naturalizam o determinismo biológico estão muito presentes. A estrutura anatômica do corpo é tomada como fator que determina a identidade. São temas presentes nas vestimentas, nas cores, nos adereços utilizados no corpo e permanência de espaços específicos de

convivência. É nesse aspecto que identificamos a circulação da chamada “ideologia de gênero”. Quando desponta a expressão é utilizada para reafirmar determinantes biológicos.

Mesmo povoado por dissensões, repleto de resistências e fundamentado a partir de concepções questionáveis, o debate sobre gênero nas escolas ganha cada vez mais visibilidade no cenário político e social. O que não somente se propaga pela acessibilidade às redes sociais, que apresentam grande polarização sobre o tema, mas ainda por meio de permanentes medidas que buscam interditar o debate.

A pesquisa demonstrou que a grande resistência no último Plano Nacional de Educação se justificou por parlamentares que argumentaram lançando mão de representações “do mal”. O que se chama de “ideologia de gênero” é apresentado como se prejudicasse estudantes e famílias. A pesquisa constatou que a declarada aversão pelo tratamento do tema ocorre com a ausência de fundamentação legal, teórica e conceitual. Em um cenário de glamourização do obscurantismo deve-se ressaltar que a inconstitucionalidade de várias ações de cerceamento da escola foram reconhecidas e declaradas pelo Superior Tribunal Federal, já em 2017.

Diante da falta de clareza dessas propostas que visam retirar o debate de gênero dos planos de educação, conjuga-se a incompreensão dos grupos de pressão. Tentam justificar assim o preconceito, a violência física e simbólica que permeiam o debate de gênero nas escolas, o que foi demonstrado nos relatos que integraram a pesquisa. Circulam representações da vida social articuladas à heteronormatividade, ao androcentrismo, ao patriarcado e ao binarismo cego.

É um cenário submerso em contradições. Um dos achados da pesquisa foi a constatação de que o Plano Nacional de Educação – PNE, ora difundido sob a ótica de que se retiraram temas que tratam o conceito de gênero do texto da lei, na verdade possui estratégias que contemplam o assunto. Não se pode negar que houve expressivo esvaziamento quando comparado ao plano anterior, mas estão presentes aspectos atrelados ao debate de gênero que permanecem no corpo do texto. Ao se analisar a Lei 13.005/2014, identificou-se que apesar de ter sido retirada a maior parte dos assuntos atrelados às questões de gênero, manteve-se na estratégia de número 23, da meta 07, a intenção de se combater a violência doméstica e sexual, que por razões já destacadas associa-se a questões de gênero.

Compreende-se que o fato de não estar amplamente contemplado o debate de gênero no Plano Nacional de Educação, com vigência de 2014 a 2024, não elimina o tratamento das questões pelos profissionais da educação. Existem diversos outros dispositivos legais que justificam a ação docente, mesmo que os documentos necessitem de redimensionamento, de modo a atender com maior completude às especificidades dos assuntos colocados na ordem do dia, entre os quais, sem dúvida, a diversidade sexual e identidade de gênero.

Os documentos têm importância estratégica na configuração do currículo escolar. Por isso, foram analisados os que balizam a proposta curricular oficial das escolas brasileiras, nos quais se mostraram ausentes a clareza e a abertura ao tratamento do assunto.

A escola age com lógica binária em relação ao gênero de crianças, jovens e adultos. O currículo muitas vezes é suposto como parte daquilo que se espera que aconteça com “outros sujeitos, aqueles que fogem à norma, podem ser, eventualmente reeducados ou reformados” (LOURO, 2018, p.99). Ou seja, o currículo é disputado com base em estratégias de reforma moral.

Apesar das muitas dificuldades, foi possível constatar experiências educativas com assuntos relacionados a gênero que foram executadas com práticas bastante exitosas nas unidades de ensino onde as coletas de dados foram realizadas. Ainda que não houvesse a obrigação de se tratar dessas questões.

E por que tema tão crucial na vida das pessoas não se ampara em obrigações que institucionalizem sua presença curricular? Grupos contrários aos assuntos relacionados a gênero no currículo escolar sugerem que a escola atua na “generificação” de alunas/os.

Mas mesmo com tantas dificuldades, é claramente possível reconhecer que o tema gênero está presente nas escolas, ainda que com baixa representatividade nas propostas curriculares. Não somente quando se analisam currículos dos diferentes sistemas de ensino, mas ao se observar materiais didáticos e paradidáticos que pautam discussões e propõem objetivamente aulas sobre diferentes dimensões do conceito.

Ao debater as propostas de aprendizagens e planejamentos das aulas, evidenciou-se que o tema está presente nas opiniões de professoras/es. Por isso, essa pesquisa se encaminhou para o final com a convicção de que prover a estruturação desse debate é indispensável. A pesquisa demonstrou que a conduta docente é ditada e cobrada por pessoas que ocupam cargos estratégicos nas esferas da administração pública. Nem sempre possuem competência técnica para a execução das funções inerentes ao compromisso com o adensamento da educação escolar. O trabalho docente está submetido frequentemente a uma perspectiva normativa de monitoramento. Esses olhares, estranhos à escola, desejam controlar o que as profissionais e os profissionais devem fazer, ignorando o que realmente são e o que fazem.

Considerações finais

Foi muito importante para esta pesquisa recorrer à técnica dos grupos focais. Pois, em relação à profissão docente, os grupos focais das escolas pesquisadas destacaram a indignação com a perda da liberdade de ensino, somada à preocupação de cerceamento e receio de processos administrativos de apuração, movidos pela representação da chefia nas unidades de ensino e em órgãos centrais.

O cenário de pesquisa mostrou o espectro sombrio da proposta de lei denominada “escola sem partido”. Sua proposta apresenta uma série de restrições

à conduta de profissionais da educação, inclusive desqualificando sua liberdade, na medida em que coloca severas restrições à opinião e à conduta profissional.

Mas a escola não quer ser isso. A pesquisa percebeu a escola como espaço articulado à sociedade. Foi feita na cidade de São Paulo, metrópole que, antes mesmo da publicação da LDBEN em 1996 e dos PCNs, com temas transversais, esteve na vanguarda de projetos voltados à educação sexual nas escolas municipais em 1993.

Vinte e dois anos depois, o ensaio de protagonismo se esvaziou. Predominou o retrocesso na educação, pois o texto atual aprovado pelos vereadores do município, que resultou no Plano Municipal de Educação, não apresentou nenhuma menção de assuntos dessa natureza, menosprezando o debate de gênero no currículo.

Escutar a opinião de professoras/es mostrou-se intensa tarefa, dada a pouca disponibilidade para participar de momentos de diálogo em função das longas horas de trabalho em duas ou mais escolas. Dificuldades decorreram ainda do pouco tempo que a escola e gestores dispõem para receber pesquisadores externos, somadas à apertada rotina.

O universo de análise se restringiu às Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio da zona leste de São Paulo, pela intenção de se promover um procedimento de escuta voltado a docentes de jovens estudantes do ensino médio. Mas, ao final, não há dúvida de que o universo investigado é bastante representativo da opinião docente.

Trata-se de uma não desprezível bússola política. As considerações professorais são insubstituíveis ferramentas na busca de superação das fragilidades que sabidamente afligem o ensino no país. Acredita-se que uma vez desprezadas, as opiniões das/dos pesquisadas/os pendem-se para a chamada desvalorização profissional, que dificulta a melhora da atuação no magistério. Perde-se assim um valioso instrumento de qualificação ao alcance das redes de ensino que compõem o sistema educacional. Há por parte de professoras/es o desejo de participar ativamente da produção e efetivação de medidas que melhorem a práxis profissional. Se tiverem a oportunidade de colaborar na produção de políticas públicas o processo se adensará.

Os profissionais que compuseram os três grupos focais apresentaram amplo envolvimento e se demonstraram comprometidos e empenhados com as práticas educacionais. Durante os encontros coletivos estavam bastante esclarecidos sobre o tema, e mesmo que tenha havido, por parte de um grupo menor, pouca proficiência no conceito de gênero, a maioria apresentou firmeza nos conhecimentos relacionados ao tema e ao próprio conceito. O grupo de profissionais que participou desta pesquisa apresentou clareza relacionada a assuntos que podem e devem ser tratados nas aulas para combater a violência de gênero e contrapor a determinantes sociais instaurados o binarismo como verdade absoluta. Observou-se nas opiniões unanimidade no reconhecimento da importância de se trabalhar o gênero nas escolas. Apresentaram, na entrevista coletiva, o conceito como elemento que emerge dos acontecimentos sociais e que chega à escola, e por isso não pode ser ignorado. Um exemplo expressivo despontou com a questão do uso do banheiro por alunas/os transexuais na escola, situação identificada simultaneamente como complexa e problemática.

As/os professoras/es salientaram que nos cursos de licenciatura que habilitam para docência na educação básica, pouco se evidencia o tema. Mas mesmo com essa queixa associada à falta de preparo, rejeitaram a conduta opressiva assumida por partidos políticos que se apresentam para defender a moral e os bons costumes.

Por fim, cabe finalizar com um relato relevante de um professor de biologia. Ele destacou que em sua disciplina tratam-se essas questões por uma vertente genética e anatomofisiológica da biologia, mas reconheceu a necessidade de ampliar o debate com perspectivas que envolvam aspectos sociais relacionados à categoria gênero. Reconheceu a importância de ampliar a abordagem para além de aspectos biológicos e restritos à sexualidade.

Mas como adensar o debate e dar voz àquelas/es que ensinam?

O cenário é pouco promissor. Em relação à retirada de temáticas nos Planos Nacional e Municipal de Educação, as/os docentes acreditam que a intenção foi a de desestimular o debate e criminalizar profissionais da educação, mesmo sem base legal para isso. A escuta dos grupos focais mostrou diversas fragilidades nesses movimentos que se posicionam contra o debate, principalmente a ausência de qualquer base teórica, justificada com um moralismo cego, de extração religiosa com deliberada confusão associada entre gênero-sexo-sexualidade, tratados sempre como sinônimos.

Professoras/es acreditam que haverá problemas de toda ordem. O combate às questões de gênero fará com que os problemas colaborem para que o Brasil, já imensamente desigual, torne-se ainda mais obscuro, imensamente obscuro.

Referências

ALFERES, Valentim Rodrigues. Encenações e Comportamentos Sexuais — Para uma Psicologia Social da Sexualidade. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

ALMEIDA, Jane Soares. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicol. Clínica*. vol.17 nº 2 Rio de Janeiro, 2005.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicol. Clínica*. vol.17 nº 2 Rio de Janeiro, 2005.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: London: Routledge: Chapman & Hall, 1990.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARRASCO, Cristina. *La economia feminista: una apuesta por otra economía*. In: VARA, Maria Jesús (Coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid: Akal, 2006.

CASTELLS, Manoel. *O poder da identidade*. Vol. II, Cap. 4, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: brasiliense, p. 13-33, 1984.

CHOERI, Raul Cleber da Silva. *O conceito de identidade e a redesignação sexual*. Rio de Janeiro: Renovar, Biblioteca de teses, 2004.

GASTALDO, Édison. *Goffman e as relações de poder na vida cotidiana*. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.23 no.68 São Paulo Oct. 2008.

GOFFMAN, Erving. *The Arrangement between the Sexes*. *Theory and Society*, Vol. 4, No. 3. (1977), pp. 301-331.

GUEDES; Maria Eunice Figueiredo. *Gênero, o que é isso?*. *Psicol. cienc. prof.* vol.15 no.1-3 Brasília 1995.

HARAWAY, Donna. *Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n22, p. 201-246, jan./jun. 2004.

KIM, J. S., & NAFZIGER, A. N. (2000). *Is it sex or is gender?* *Clinical Pharmacology & Therapeutics*, 68 (1), 1-3.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. *Proposições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. v. 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1972.

OMETTO, Ana Maria Holland; HOFFMANN, Rodolfo; ALVES, Marcelo Corrêa. A Segregação por Gênero no mercado de Trabalho nos Estados de São Paulo e Pernambuco. *Economia Aplicada*, V.1, nº 3, p.393-423, 1997.

OMS - Organização Mundial da Saúde (World Health Organization) Department of Reproductive Health and Research, 2010. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/hq/2010/WHO_RHR_HRP_10.22_eng.pdf?ua=1. Acesso realizado em 20 julho de 2017.

SCOTT, Joan. *Gender and the politics of history* (Revised edition). New York: Columbia University Press; 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. p. 71-99, 1995.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, Volume II, 1988.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

Recebido em 05/12/2019.

Aceito em 03/05/2020.